



O VÔO DO TSURU.

O EMPRESARIADO NIPO-BRASILEIRO: de colono a industrial.

Adriano Amaro de Sousa¹

Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP

adramaro@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A mobilidade espacial nipo-brasileiros nos remetem a compreender as diversas territorialidades dos descendentes de japoneses no Brasil: *issei* (1ª geração); *nissei* (2ª geração), *sansei* (3ª geração) e *ionsei* (4ª geração). O conceito de nipo-brasileiro, segundo Lesser (2001, p. 226), significa “*todas as gerações nascidas no Brasil*”. Ou seja, os descendentes de nipônicos são aqueles que nasceram a partir da segunda geração (*nissei*) e que vivem fora do Japão. Tais gerações trazem no corpo (fenótipo) e no psíquico (*atopos*/entre-lugares) diferentes formas de viver e de produzir o espaço geográfico. Sempre permeada por uma dupla identidade cultural que está em constante processo, enraizamento e des-re-territorialização. Para isso, temos como base conjuntural a geo-história evidenciando as rugosidades e as marcas dos descendentes de japoneses no Brasil. Desse modo, este artigo tem por objetivo analisar a trajetória de trabalho do imigrante japonês desde a sua participação como *colono* no complexo cafeeiro até o seu papel na industrialização regional.

2. MOBILIDADE GEOGRÁFICA DO NIPO-BRASILEIRO NO INTERIOR PAULISTA

Historicamente, a mobilidade populacional japonesa entrou no circuito dos movimentos migratórios internacionais devido à explosão demográfica, ao desemprego e à fome. Isto ocorreu após a Era Meiji, de 1868, que foi o marco da

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP– Presidente Prudente, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet. Este artigo é resultado parcial da dissertação de mestrado intitulada “O voo do Tsuru. O empresariado nipo-brasileiro: de colono à industrial”, na mesma instituição e com o mesmo orientador defendida em 05/07/2010. Email: adramaro@yahoo.com.br.



transição da gestão do território nipônico que era agrário-feudal para urbano-industrial-capitalista. Ademais, segundo Sakurai (2000), o Japão passou a ser mais um país fornecedor de trabalhadores aos países ocidentais, em especial da América do Norte e do Sul.

A reterritorialização dos japoneses aconteceu recentemente na república brasileira. Tal territorialização se inseriu na dinâmica capitalista em expansão no Brasil que passara por profundas transformações, dentre elas: a) a lei de *Terras e Colonização*, de 1850; b) o fim do trabalho escravo e o início do trabalho assalariado; c) a ocupação do interior do país; e, por último, d) a imigração europeia e asiática. As grandes levadas migratórias que chegaram para trabalhar e viver no Brasil mexeram com as bases étnico-culturais balizadas no índio, no branco português e nos negros, acrescentando outros grupos como os italianos, alemães, espanhóis, sírio-libaneses e japoneses (SOUSA, 2010).

Historicamente, foi em abril de 1908 que partiram, do porto de Kobe, no Japão, os primeiros imigrantes japoneses no navio *Kasato Maru* com destino ao Brasil. Vieram, no total, 781 pessoas contratadas e 12 imigrantes livres, que foram recrutados no Japão pela empresa *Kokoku Shokumin Kaisha* (SAITO, 1961). A imigração japonesa no Brasil concentrou-se, principalmente, no Estado de São Paulo, mais especificamente na região metropolitana e, no interior, nas regiões do Vale do Ribeira, da Mogiana e do Oeste Paulista. Além disso, instalaram-se também na Amazônia e no Pará, em meados da década de 1930, onde cultivaram diversas culturas, em especial a pimenta-do-reino que capitalizou alguns nipônicos na região Norte.

Já a mobilidade para o trabalho do imigrante japonês no Estado de São Paulo esteve relacionada à busca da sua independência financeira, por isso eles procuraram outras regiões com terras mais baratas e férteis. A população migrante veio das “*Velhas Zonas*” de Café da região de Ribeirão Preto, Vale do Ribeira e Baixada Santista (SUZUKI, 1973). Essa mobilidade teve como foco o Oeste Paulista, após a construção da estrada de ferro, que possibilitou a ocupação de parcela do interior paulista.

Assim, o Noroeste era composta pelos municípios de Bauru, Lins, Araçatuba e Cafelândia, foi a primeira região a agregar os *colonos* japoneses, em



1930, para o cultivo do café. A outra região, a Alta Sorocabana, estava representada pelas cidades de Presidente Prudente, Assis, Rancharia e Presidente Epitácio, que cresceram na década de 1940 pela dinâmica da cotonicultura. A Alta Paulista tinha um grande contingente de imigrantes nipônicos que chegaram a partir do final da década de 1930, devido ao cultivo de algodão (SAKURAI, 1995).

A marcha pioneira para o Oeste do Estado deu-se com a expansão da cafeicultura, no final do século XIX, e foi estimulada pela disponibilidade de terras (fazendas, sítios e florestas), pela introdução da mão-de-obra imigrante (italianos, japoneses etc), pela tecnologia da mecanização agrícola (máquina norte-americana *Lidgewood*), pela construção das linhas férreas e estradas de circulação rodoviária. Ademais, a economia cafeeira apresentou uma estrutura capitalista (com grandes propriedades) e sua expansão implicou na ocupação das terras interioranas (SOUSA, 2010).

Os imigrantes japoneses foram atraídos ao Oeste Paulista² porque pretendiam se tornar sitiantes e se livrar do regime de *colonato* nas “*Velhas Zonas*” do café. Os lotes adquiridos pelos nipônicos foram comprados, na sua maioria, junto aos grandes fazendeiros ou empresas de colonização. Normalmente, conforme Monbeig (1984), os primeiros imigrantes (neles destacamos os nipônicos) adquiriam seus pequenos lotes (minifúndio) em encostas, fundo de vales e áreas de difícil circulação da produção. Todavia, os latifundiários venderam suas propriedades ou partes delas para saldar dívidas adquiridas na crise da cafeicultura pós-1929.

Todavia, o território do oeste do Estado foi denominado por Handa (1987) de “*Zona de Ocupação dos Primeiros Sitiantes Independentes Nipo-brasileiros*”. A sua constituição ocorreu pela formação do mercado capitalista do interior paulista balizado pelo trabalho autônomo dos imigrantes, pela pequena

² A região do Oeste Paulista em meados da década de 1920 e 1930, era composta pela regionalização das linhas férreas, por isso quando nos referimos a Alta Sorocabana (Presidente Prudente), Alta Paulista (Marília) e Noroeste (Araçatuba e Bauru) estamos enfatizando as áreas colonizadas no entorno dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, da Estrada de Ferro Noroeste e da Estrada da Companhia Paulista. Atualmente, a regionalização dessa área segue as características geoeconômicas, entretanto, as principais *Regiões Administrativas do Estado de São Paulo* no Oeste Paulista são: 9º Araçatuba, 11º Marília, 10º Presidente Prudente e 8º São José do Rio Preto. Visualizamos, a apreensão da região do oeste do Estado para compreendermos a dinâmica geo-histórica e demográfica dos *nikkeis* em Presidente Prudente/SP.



propriedade rural, pelas redes de sociabilidade e, por fim, pela policultura e/ou modernização da agricultura. Desse modo, as diversas territorialidades dos japoneses na agricultura deram-se pela cultura do café, algodão, hortelã e amendoim, também, pela criação do bicho da seda e da granja avícola, mas, sobretudo, a partir da prática da policultura com trabalho familiar.

Já a produção agrícola do território supracitado, a partir de 1950, passou a ter um papel secundário em relação à pecuária de corte/leite, à especulação imobiliária urbana e à indústria. Assim, quando a agricultura de monocultura entrou em declínio, começam a se destacar os imigrantes japoneses com o plantio das culturas hortifrutigranjeiros (legumes, verduras, ovos e outros produtos de feiras livres), soja (para fazer o *shoyu*) e granja avícola.

A presença do imigrante japonês em espaços urbanos do Oeste Paulista deu-se porque as cidades formadas à beira dos trilhos tornaram-se espaços de concentração da população, da produção e dos serviços. Eles procuraram o trabalho autônomo e não o assalariado, objetivando a sua independência financeira. Assim, alguns deles se tornaram pequenos empresários urbanos quando abriram pensões, instalaram armazéns, bares, lojas e oficinas (SOUSA, 2010). Além disso, muitos trabalhavam como empregados em atividades urbanas e nas empresas japonesas (Bratac, Brazcot, Banco Tozan, Banco Noroeste e Banco América do Sul).

Apesar de mencionarmos as atividades urbanas, a dinâmica econômica ainda era subordinada à agricultura (agroindústrias beneficiadoras), que serviam de suporte à produção agrícola, como: as cooperativas, os armazéns, os bancos e as transportadoras até meados da década de 1980. Tal economia dinamizou o comércio e a pequena produção artesanal, formando, assim, o mercado regional. A cidade, também, atraiu um número de profissionais especializados. Por sua vez, um número reduzido de nipo-brasileiros tornou-se industriais.

De modo geral, vários nipo-brasileiros buscaram êxito econômico e *status* social em empregos urbanos (operários, funcionários públicos, comerciários e prestadores de serviços), sendo em alguns casos, por meio das atividades de profissionais liberais (médicos, engenheiros, advogados e dentistas) e das atividades intelectuais (professores universitários, escritores, artistas, etc.)



devido aos investimentos da família na educação dos filhos. Os resultados dessa conquista aconteceram pela organização do trabalho laboral regida pela disciplina da cultura nipônica. Também foi perceptível a participação dos nipo-brasileiros em nichos de atividades comerciais e de prestação de serviços com características mais refinadas e/ou tecnológicas: fotográfica, ótica, joalheria e relojoaria. Ao longo do tempo-espaço, a ascensão social de alguns nipo-brasileiros ocorreu “graças” ao grau de especialização do trabalho e pelo nível técnico de instrução que teve uma paulatina mobilidade social. É dentro deste contexto que compreendemos a mobilidade social e espacial do *nikkei* em Presidente Prudente/SP.

Assim, a trajetória dos profissionais liberais *nikkeis* prudentino têm relevo se associarmos com a história do desenvolvimento territorial do Oeste Paulista. Com isso, a geo-história do *nikkei* esta balizada na cidade média tendo centralidade na tríade: imigrante japonês, aglomerado urbano-industrial e educação.

3. A INDÚSTRIA PRIVADA NIPO-BRASILEIRA.

As indústrias privadas nipo-brasileiras foram estimuladas indiretamente pelo Estado brasileiro devido à formação do mercado interno paulista que estava balizado na *marcha para o Oeste*, nas ferrovias, na economia algodoeira, nas vendas de lotes/terras (rural e urbana) e, sobretudo, na migração estrangeira. O Estado japonês também contribuiu de forma indireta por meio das empresas de colonização que assentaram parte dessa população no Brasil, ajudando na reterritorialização dos mesmos, apoiando na produção técnico-agrícola (financiando/capacitando) de vários pequenos produtores.

Foi dentro dessa estrutura e conjuntura que nasceram as indústrias privadas nipo-brasileiras, de forma modesta através do acúmulo de capital (poupança) na lavoura que, posteriormente, foi investido no comércio e/ou na pequena atividade fabril-artesanal-familiar, atendendo, assim, o mercado local/regional. Em poucas palavras, o desenvolvimento industrial do interior



paulista não precisou dos subsídios³ do poder público para se iniciar e se manter, pois o industrial se utilizou, paulatinamente, de seus recursos próprios para expandir os investimentos em modernização industrial, visando diversificar a produção e ampliar os mercados como qualquer outra empresa capitalista, como veremos neste capítulo.

Também, devemos ressaltar, que o processo de industrialização do Oeste Paulista foi pouco expressivo em relação às outras atividades econômicas (agricultura, comércio, serviços e mercado imobiliário urbano/rural) em nível regional e estadual. Por outro lado, os empresários regionais não investiam no ramo industrial, mas na agropecuária e em imóveis urbanos devido à facilidade de ganhos monetários e do baixo risco financeiro. Contudo, incentivavam os investimentos externos na industrialização regional. Os próprios empresários não se arriscavam diretamente no ramo industrial. Diante desse quadro, conforme Dundes (1998), surgiu o imigrante nipônico interessado no setor secundário, diferentemente de outros empresários regionais que propagavam o discurso industrializante, mas investiam em outros segmentos.

Assim, para darmos conta de explicar a indústria privada familiar nipo-brasileira no Oeste Paulista pela sua fase fabril-artesanal e, depois, pela sua fase de modernização na condição de fábrica, utilizaremos dois pressupostos teóricos para desvendar a realidade, dando ênfase aos aspectos econômicos e culturais do imigrante japonês na formação territorial industrial do Oeste Paulista, conforme indicamos anteriormente.

O primeiro referencial teórico de interpretação sobre a indústria artesanal balizado no migrante é o conceito de *pequena produção mercantil* de Armem Mamigonian (1976 e 2000) que analisou o processo de industrialização brasileira pelo viés histórico-econômico. Mamigonian afirma que esses imigrantes foram importantes para o capitalismo industrial do Brasil, porque tinham uma capacidade produtiva e de consumo superior aos escravos, bem como, uma habilidade de produzir e comercializar artefatos (resquícios de um domínio do saber-fazer individual/familiar herdados de um tempo pretérito). Alguns desses

³ Tais indústrias nipo-brasileira emergiram no mercado regional e na economia paulista do interior antes das implantações das políticas do governo do Estado de São Paulo de descentralização e desconcentração industrial nas décadas de 1970-80.



migrantes se tornaram grandes comerciantes exportadores-importadores e industriais pela dinâmica da indústria artesanal e de beneficiamento. Tal indústria teve origem no complexo cafeeiro que, com o crescimento do mercado paulista, espalhou-se paulatinamente pelo território brasileiro.

Já o outro suporte teórico de explicação da modernização da indústria nipo-brasileira nessas últimas décadas está fundamentado em Schumpeter pelo desenvolvimento do comportamento dos empresários em *innovar/empreender*. Para o autor, a dinâmica do capitalismo é dada pelas inovações tecnológicas e pelos modos de combiná-las. A acumulação de capital por parte dos empresários somente acontece pelo avanço tecnológico que altera velhos paradigmas produtivo-técnicos, buscando, assim, produzir novos produtos e descobrir e criar novos mercados. Enfim, a função de inovar cabe ao empresário que acaba promovendo (ou não) o desenvolvimento econômico.

É dentro desses dois contextos teóricos por meio de abordagem territorial que compreendemos a indústria privada familiar nipo-brasileira pelo elemento da geo-história da abordagem territorial. Visualizamos, aqui, o industrial nipo-brasileiro como um trabalhador assalariado e consumidor comedido que acumulou um pequeno capital no campo e investiu na cidade como comerciante e/ou pequeno artesão/industrial. Com a oportunidade de negócio apostou no saber-fazer e no(s) produto(s) de certo nicho de mercado, expandindo sua pequena produção fabril que, gradativamente, era inserida na modernização pela capacidade empreendedora do fundador da empresa que sempre buscava introduzir novas técnicas/tecnologias e novos produtos, com isso acabou desenvolvendo sua empresa e o setor industrial no Oeste Paulista.

Diante do exposto, analisaremos a dimensão sócio-econômica das indústrias nipo-brasileiras pela(o): a) presença do capital familiar local; b) saber-fazer e visão de negócio do imigrante; c) ampliação do mercado consumidor local/regional; d) transformação e agregação de valor nos produtos; e) participação da mão-de-obra familiar (homens, mulheres e crianças); f) capital próprio balizado na venda do produto; e, por fim, g) invenção e inovação do imigrante japonês e seus descendentes. Tais características territoriais das industriais nipo-brasileiras nos permitem entender as transformações aceleradas



em algumas das unidades produtivas dos empresários nipo-brasileiros desde a fase artesanal até a fábrica.

4. PANORAMA DAS INDÚSTRIAS PESQUISADAS NIPO-BRASILEIRAS NO OESTE PAULISTA.

As indústrias do Oeste Paulista, de certo modo, foram fomentadas pelas iniciativas de imigrantes japoneses e italianos. Estes começaram com as suas pequenas atividades artesanais na década de 1940, ligadas ao ramo de alimentação e bebidas, atendendo ao mercado local/regional. Posteriormente, dessas indústrias, destacaram-se as empresas japonesas na produção de molho de soja, bebida, granja avícola, fiação de seda, máquinas e equipamentos agrícolas. Juntamente com essas indústrias nipo-brasileiras, outras se expandiram, dando uma nova dinâmica à industrialização regional que, ao longo do espaço-tempo, foi se especializando na produção de alguns tipos de alimentos e de venezianas (janelas metálicas) em Marília/SP, molho de soja e bebidas em Presidente Prudente/SP, sementes e nutrição animal em Álvares Machado/SP e equipamentos agrícolas em Pompéia/SP (vide quadro 1 e 2).

A trajetória dessas indústrias familiares nipo-brasileiras se misturou com a história da industrialização no Oeste Paulista. Os donos tiveram como motivação as substituições de importações. Atualmente, essas empresas são de médio a grande porte e de capital familiar local.

Quadro 1: As indústrias nipo-brasileiras no Oeste Paulista I.

Indústria	Fundador da Indústria	Chegada no Brasil	Instalação da Indústria	Origem Japonesa
Máq. Agr. Jacto S/A	Shinji Nishimura	1932	1948	Issei (1 geração)
Matsuda Imp. Ltda.	Shichiro Matsuda	1935	1948	Issei (1 geração)
Sakura Nakaya Alim. Ltda.	Suekichi Nakaya Hidekazu Nakaya	1932	1947	Issei (1 geração)
Sasazaki Ind. Com. Ltda.	Kosaku Sasazaki Yusaburo Sasazaki	1932	1943	Issei (1 geração)

Fonte: FIESP/CIESP de Pres. Prudente e Marília. Trabalho de campo 2008-2009.

Organizador: Adriano Amaro de Sousa.



Quadro 2: As indústrias nipo-brasileiras no Oeste Paulista II.

Indústria	Ramo de Atividade	Porte da Indústria	Escolaridade do Fundador	Associação Nipônica
Máq. Agr. Jacto S/A	Máquinas agrícolas	Grande	Técnico mecânico	Sim
Matsuda Imp. Ltda.	Sementes e máquinas agrícolas	Grande	-----	Sim
Sakura Nakaya Alim. Ltda.	Alimentos e molhos	Grande	Ensino fundamental incompleto	Sim
Sasazaki Ind. C. Ltda.	Esquadrilhas metálicas	Grande	Ensino médio incompleto	Sim

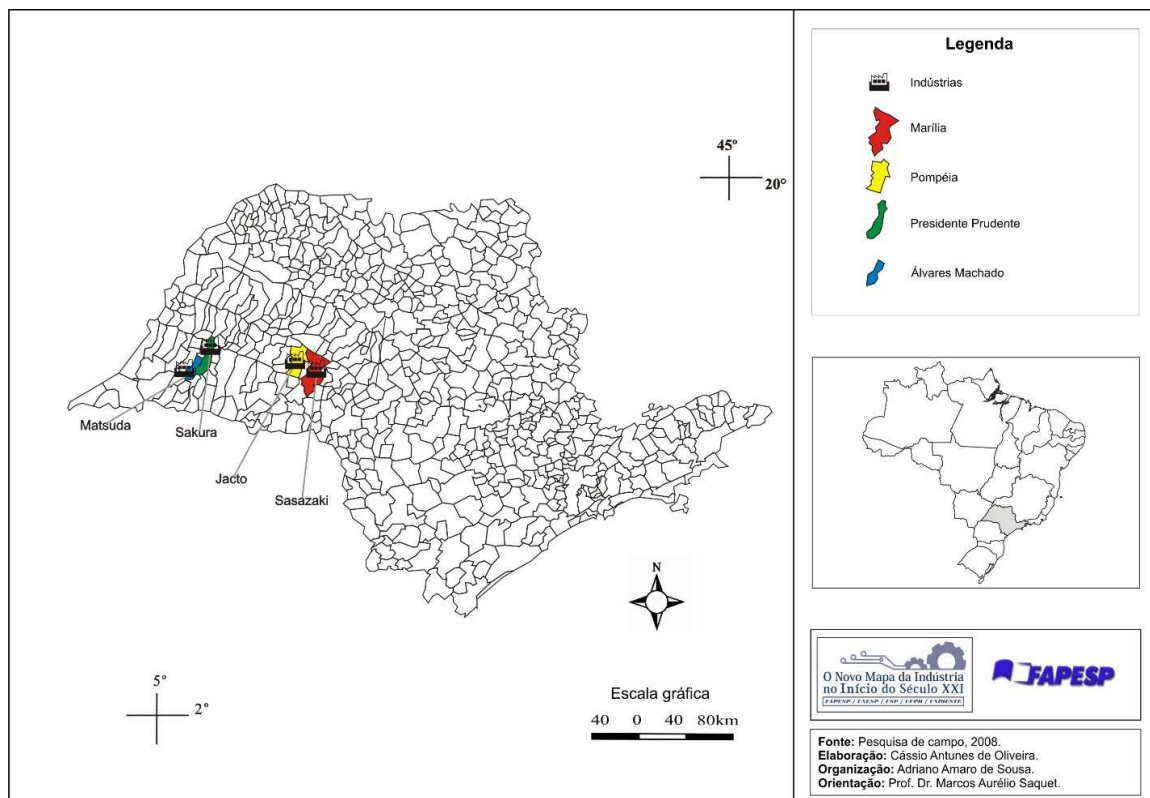
Fonte: FIESP/CIESP de Pres. Prudente e Marília. Trabalho de campo 2008-2009.

Organizador: Adriano Amaro de Sousa.

De modo geral, as empresas familiares dos industriais nipo-brasileiros no Oeste Paulista analisadas por nós possuem as seguintes características: a) a família é proprietária da unidade produtiva ou detém a maioria do capital da empresa, controlando o processo decisório; b) os membros da família presentes estão na administração direta dos negócios; e, c) há sucessão familiar na direção da empresa garantindo a continuidade do negócio dentro da estrutura familiar. Sendo, assim, Bernhoeft (1991 e 2003) afirma que a empresa familiar deve ser formada pelos membros da família há pelo menos duas gerações. Nela a política do empreendimento é baseada pelos objetivos e interesses da família. Outra característica básica é a sucessão do poder decisório de maneira hereditária. Caso não tenha um sucessor da família qualificado o negócio passa a ser gerido por um administrador de empresa profissional.

Historicamente, a empresa familiar estava vinculada à trajetória dos imigrantes que, muitas vezes descapitalizados, abandonavam o seu país de origem e iniciavam no Brasil suas indústrias-artesanais. Nesse sentido, em razão das questões econômicas e culturais, portugueses, alemães, italianos, sírio-libaneses e japoneses sempre tiveram um apego à propriedade. As empresas comandadas por esses imigrantes cresceram através de capital próprio, sobretudo, com uma administração familiar e paternalista.

Mapa 1: Localização dos municípios das indústrias nipo-brasileiras no Oeste Paulista.



Os industriais nipo-brasileiros que constituíram suas unidades fabris no Brasil tinham o conceito de empresa familiar balizados nas velhas tradições japonesa: paternalismo e primogenitura. Vejamos como Cardoso (1998) descreveu a embrionária mentalidade de gestão e administração dos pequenos negócios dos nipônicos no Brasil. Para a autora, a organização familiar japonesa era uma unidade de trabalho e cooperação; a família poderia ser vista como uma empresa e o chefe da família o seu administrador. Essa unidade corporativa estava baseada na continuidade genética e na perpetuação do nome da família. Nela não se separa família e empresa, pois uma depende da outra. Essas características do trabalho cooperativo familiar são milenares na cultura japonesa e foram trazidas também para o Brasil no processo de migração e colonização.



Nessa perspectiva, o Zaibatsu⁴ foi o principal representante das grandes empresas familiares japonesas após a restauração da *Era Meiji*. Nele, permaneciam as relações familiares tradicionais nas fábricas paralelas aos empreendimentos modernos. Posteriormente, cresceram e se transformaram em organizações independentes do parentesco, porém, mantendo o nome da família. Cardoso (1998, p. 100), afirma que *podemos admitir que este modelo ideológico mostrou sua maleabilidade no tempo, acomodando-se as situações novas e, com os japoneses, deslocou para o Brasil*.

Assim, alguns clãs familiares (Mitsui, Mitsubishi etc.) dinamizaram a industrialização no Japão e, posteriormente, tornaram-se empresas multinacionais. Tempos depois os imigrantes japoneses, no Brasil, iniciaram o processo de industrialização (artesanal) no Oeste Paulista. Hoje os industriais nipo-brasileiros procuram, por meio da sua longevidade e prosperidade, perpetuar o nome da família na empresa. Devemos ressaltar que os *Zaibatsus* tinham o apoio do Estado e atuavam em setores estratégicos. Já as indústrias nipo-brasileiras iniciaram de forma modesta e cresceram, paulatinamente, conforme a conjuntura econômica da época e a especificidade do seu território, normalmente com recursos próprios. As indústrias nipo-brasileiras tiveram como exemplo os *Zaibatsus* para montar suas unidades fabris familiares no país, que hoje são empresas de médio/grande porte com características de fábricas modernas, contendo alguns métodos do toyotismo japonês. Por isso, torna-se necessário reportar a geo-história dessas indústrias nipo-brasileiras para compreender a identidade territorial pelos seus produtos (shoyu e mecânica) e os vínculos atrelados nessa atividade entre o Brasil e o Japão.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

⁴ O Zaibatsu era um conglomerado de grandes empresas familiares que surgiram entre 1870 e 1920, estes estavam fortemente articuladas e integradas com o Estado japonês, por isso tiveram uma enorme concentração econômica, de renda e de prestígio, além do monopólio em determinados setores estratégicos, como: bancos, exploração mineral, indústria bélica, têxtil e comércio exterior. Os principais grandes Zaibatsu eram Mitsui, Mitsubishi, Yasuda, Sumimoto, Okura, Furukawa, Kuhara, Suzuki, Fujita e Asano.



- BOMTEMPO, Denise Cristina. **Entre o Japão e o Brasil: a trajetória dos imigrantes japoneses e seus descendentes.** Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2007 (mineo).
- CARDOSO, Ruth C. L. **Estrutura familiar e mobilidade social: estudos dos japoneses no Estado de São Paulo.** São Paulo: Kaleidos-Primus, 1998.
- COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. **Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil.** São Paulo: Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.
- DUNDES, Ana Claudia. **O processo de (des) industrialização e o discurso desenvolvimentista em Presidente Prudente.** Presidente Prudente/SP: FCT/Unesp, 1998. (Dissertação de Mestrado)
- ENNES, Marcelo Alário. **A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior de São Paulo.** São Paulo: Unesp, 2001.
- GOMES, Maria Terezinha Serafim. **O processo de reestruturação produtiva em cidades médias paulistas: Araçatuba, Birigui, Marília Presidente Prudente e São José do Rio Preto.** São Paulo: FFCLH/USP, 2007. (Tese de Doutorado)
- HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês: a história de sua vida no Brasil.** São Paulo: Centro de Estudos Nipo-brasileiros/ T. A. Queiroz, 1987.
- MAMIGONIAN, Armem. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo: AGB, n. 50, p. 85-101, 1976.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1984.
- MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. **A industrialização do Oeste Paulista: o caso de Marília.** Presidente Prudente: FCT/Unesp, 1994. (Dissertação de Mestrado)
- _____. **Reestruturação produtiva da indústria e desenvolvimento regional: a região de Marília.** São Paulo: FFLCHT/USP, 2002. (Tese de Doutorado)
- SAITO, Hiroshi. **A presença japonesa no Brasil: estudo de mobilidade e fixação.** São Paulo: USP, 1961.
- SAKURAI, Célia. **Os japoneses.** São Paulo: Contexto, 2007.
- _____. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada. In: Fausto, Boris. (Org.). **Fazer a América: imigração em massa para a América Latina.** Edusp, 2000.
- _____. Primeiros pólos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Revista USP, n. 27, set/out/nov, p. 32-45, 1995.
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia,** São Paulo, n. 54, p. 81-99, 1977.



SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHUMPETER, Joseph Alóis. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo. Abril, 1982.